

A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE: A IGREJA CATÓLICA E A ARTICULAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO PARA AS MULHERES 1930/1935

Adriana Duarte **Leon** – FaE/UFMG/CNPq

Luciano Mendes de **Faria Filho** – FaE/UFMG

Resumo

Este trabalho analisa as estratégias de atuação estabelecidas pela Igreja Católica com o objetivo de estimular a inserção da mulher no espaço público e sua intervenção no debate educacional, na primeira metade de 1930, no estado do RS. A periodização estabelecida cerca o período constituinte, entendendo este como um acontecimento que possibilita perceber muito das tensões do período, as fontes privilegiadas para esta análise são os impressos católicos que circularam no estado no recorte interpretativo estabelecido. A construção discursiva presente nos impressos anuncia um novo lugar para a mulher, vinculado ao exercício do voto e ao exercício do magistério. Ambas as tarefas projetam uma nova função para a mulher na sociedade brasileira e essas novas funções dialogam com a disputa travada pela Igreja Católica no período. No que se refere às mulheres, o processo de modernização assumido pela Igreja Católica dialoga com a ideia de “modernização conservadora” anunciada por Perrot (2005) e advoga a favor do voto feminino e da atuação profissional para as mulheres como uma estratégia de disputa social.

Palavras-chave: Igreja Católica, mulheres, modernidade.

A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE: A IGREJA CATÓLICA E A ARTICULAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO PARA AS MULHERES 1930/1935

Este trabalho analisa as estratégias de atuação estabelecidas pela Igreja Católica com o objetivo de estimular a inserção da mulher no espaço público e sua intervenção no debate educacional, na primeira metade de 1930, no estado do Rio Grande do Sul. Busca-se aqui entender como a Igreja organiza sua intervenção no campo educacional e algumas das tensões presentes neste processo, tendo como meta retomar e/ou aumentar sua influência junto ao espaço escolar no estado.

A periodização estabelecida cerca o período constituinte, entendendo este como um acontecimento que possibilita perceber muito das tensões do período. Operacionalizamos o conceito de acontecimento a partir de Bloch (2002), que foi um combatente contra a história narrativa e contra o acontecimento isolado, estanque, sem vínculo com o contexto social. Apropriamo-nos do evento como materialidade temporal e analisamos o processo constituinte como um acontecimento que apresentou diversos embates no campo social, a problematização acerca destes embates nos permite identificar variáveis que se explicitam em âmbito regional e se conectam com o movimento nacional do catolicismo brasileiro. O tempo estabelecido compreende cinco anos, absorvendo a mobilização acerca da eleição dos constituintes que elaboram a constituição de 1934; sendo assim, a pesquisa que resultou neste artigo abarcou os anos de 1930 a 1935.

As fontes privilegiadas para este trabalho são impressos católicos que circularam nos recortes temporal e espacial estabelecidos. Por meio dos impressos foi possível mapear uma série de iniciativas da Igreja, no sentido de ampliar sua intervenção no espaço social. Os impressos propostos como fontes para este estudo estão vinculados de forma explícita à Igreja Católica e subdivididos em jornais semanais e revistas mensais ou bimestrais. Inspirados em Revel (1998), buscamos analisar os impressos valorizando as migalhas de informação no intuito de compreender de que maneira estes detalhes podem dar acesso a lógicas sociais simbólicas que são dos grupos ou de conjuntos muito maiores.

Foi possível mapear diversos impressos católicos circulantes no Rio Grande do Sul, dentre eles, os que mantiveram circulação na primeira metade da década de 1930 e se consolidaram como base empírica de nossa análise foram: O jornal semanal Estrela do Sul e a revista Unitas, produzidos pela arquidiocese de Porto Alegre; o jornal semanal Staffetta Rio-grandense, produzido pela Congregação dos Capuchinhos em Caxias do Sul, vinculado à arquidiocese de Porto Alegre; o jornal semanal A Palavra, produzido pela diocese de Pelotas; e, finalmente, a revista Rainha dos Apóstolos, produzida pela Congregação dos Palotinos, integrante da diocese de Santa Maria.

Os impressos católicos são entendidos por nós como parte de uma estratégia de intervenção da Igreja Católica para conservar, construir e consolidar formas de pensar e agir. Essa ação católica estabelece-se em continuidade ou ruptura com as estratégias que, nas décadas iniciais do século XX, a Igreja Católica criou com o objetivo de retomar espaço no meio social. Por meio de tais estratégias, os representantes católicos

estabeleceram um diálogo com os interesses do Estado e intensificaram a romanização da Igreja Católica no Brasil. Nesse sentido, as informações que circulam nos impressos católicos constroem representações sobre fatos, contextos e conflitos, bem como disputam a adesão do leitor a essas representações¹.

A construção discursiva presente nos impressos anuncia um novo lugar para a mulher, vinculado ao exercício do voto e ao exercício do magistério. Ambas as tarefas projetam uma nova função para a mulher na sociedade brasileira e essas novas funções dialogam com a disputa travada pela instituição que tinha como foco ampliar a atuação no espaço social. O debate educacional ganha destaque neste período, pois é um dos pontos polêmicos na reforma da constituição e foco de disputa pelo movimento católico. Podemos perceber a corporificação das reivindicações em torno deste ponto, considerando algumas estratégias explicitadas em jornais e revistas que temos acessado.

A expressão ‘moderno’ é usada de forma recorrente neste trabalho e está relacionada à presença marcante deste termo em nossas fontes. Por vezes, moderno está associado a algo positivo e por vezes a algo negativo, sempre tendo em mente que os impressos católicos apresentam um posicionamento identitário com os princípios da Igreja Católica Romana. A partir das nossas fontes, identificamos que a palavra ‘moderno’ aparece como algo positivo quando relacionada ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil, e como algo negativo quando associado à estética feminina e aos avanços da ciência. O termo moderno é utilizado de forma corriqueira nos impressos, mantendo relação permanente com o novo; tal apropriação apresentada nos impressos nos remete ao conceito de Le Goff (2003) que compreende o termo moderno associado a uma ideia de novidade, ruptura ou mudança.

Já os modernismos são criticados constantemente e recebem denotação pejorativa; são utilizados para caracterizar comportamentos individuais ou coletivos; objetos como roupas, maquiagem, livros, jornais, revistas ou inovações tecnológicas. Embora a ideia de modernismo no Brasil apresente relação com o movimento intelectual e artístico dos anos 20 do século passado², na imprensa católica a apropriação feita se relaciona à ideia de moderno, muito próxima a uma adjetivação do termo moderno, sugerindo uma crítica ao sujeito que adere aos modernismos.

¹ Chartier (1990) “O mundo como representação”.

² Trata-se comumente de modernismo, na história do Brasil, o conjunto de movimentos culturais que permearam as artes e o design nos anos 20 do século XX; tal movimento englobava artistas e intelectuais, principalmente paulistas, cariocas e mineiros. Neste sentido, ver Souza (2007).

Nota-se uma certa ambivalência na apropriação realizada pela instituição do conceito de moderno. A questão do voto feminino é exemplar: a Igreja Católica atua de forma fervorosa a favor do exercício do voto feminino, apoiando, assim, uma concepção de Estado moderno. Paralelamente, defende uma postura conservadora para a organização familiar onde a mulher assume um espaço de permanente submissão.

Temos entendido essa tensão como parte da modernidade que se caracteriza exatamente pelo dissenso e não pelo consenso. A Igreja busca se estabelecer em um novo lugar, incorporando aspectos da modernidade e mantendo os princípios da Igreja Católica Romana, o que só é possível se entendemos a modernidade como uma potencialidade em si, que prescreve sua normatividade. Conforme afirma Habermas (2002, p. 12) “a modernidade não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação, ela tem de extrair de si mesma a sua normatividade. A modernidade vê-se referida a si mesma, sem a possibilidade de apelar para subterfúgios.”

Se, por um lado, a Igreja Católica não pode abandonar a tradição, por outro é preciso compreender que ela reinventa a sua tradição pela experiência, e estabelece um horizonte de expectativa em diálogo com a modernidade. “A modernidade não veio impor-se perante um mundo antigo [...] o que a define é seu caráter aberto e vinculado a uma permanente transformação”. (SOUZA, 2007, p. 19)

Sob inspiração de Hobsbawm (1984), entendemos que a Igreja Católica reinventa a sua prática com o objetivo de manter-se como um espaço de referência; realiza adaptações na sua ação institucional com o objetivo de conservar velhos costumes em condições novas. A adoção de uma postura moderna por parte da Igreja é compreendida aqui como uma estratégia de manutenção do espaço de intervenção que reinventa sua tradição, mas mantém sua finalidade.

A construção discursiva presente nos impressos reafirma a atuação das mulheres no espaço doméstico e anuncia um novo lugar, vinculado ao exercício do voto e ao exercício do magistério.

A Igreja Católica e as Mulheres: a modernização de um discurso

A Igreja realizou um investimento considerável na atuação das mulheres como estratégia para ampliar a intervenção católica no mundo social. A defesa do voto feminino é um exemplo desta prática. Ao advogar a favor do voto feminino, a Igreja Católica pretendia ganhar o apoio das mulheres nas urnas e consolidar um laicato

feminino que ampliasse a ação da Igreja. Zanlochi (2001) observa que a mulher leiga está na base das operações evangelizadoras; no entanto, a estrutura representativa da Igreja é masculina, estabelecendo assim uma distinção de gênero³ explícita que propicia o anonimato sobre a ação das mulheres.

Chamadas como: Alerta! Brasileiras católicas (Estrella do Sul, 17/05/1931, p. 1), Unidas às Urnas (Estrella do Sul, 01/05/1932, p. 3), A Mulher e a política (Estrella do Sul, 26/06/1932, p. 1) fizeram parte do cotidiano da imprensa católica. A valorização da mulher ocorre pela valorização do gênero feminino e em alguns momentos ocorre em depreciação ao gênero masculino. “A mulher, com sua fina sensibilidade, que se apresenta, pela primeira vez nos embates eleitorais, pressentirá melhor, por certo, do que o homem, já embrutecido pelas paixões políticas, as necessidades nacionais” (Estrella do Sul, 01/05/1932, p. 3)

A valorização de características reconhecidas ao gênero feminino, como a sensibilidade, se torna argumento e tem como objetivo estimular o exercício do voto das mulheres. Além disso, é agregada a esse argumento a valorização do potencial reflexivo deste grupo que, pela sua inatividade no universo da política, não apresentaria os vícios dessas disputas e teria assim melhores condições de refletir sobre o futuro da nação.

A mulher ocupou papel coadjuvante na cena pública e sua ação, para a Igreja Católica, sempre foi resguardada ao espaço doméstico e à educação da prole. A alteração deste cenário, na virada do século XX, se deve às mudanças políticas e culturais que perpassavam o país. O movimento feminista reivindicava estender o direito do voto às mulheres. A luta acerca do voto ficou conhecida como 'sufragismo' e se alastrou por vários países no início do século XX. No Brasil, esse movimento foi reconhecido como “primeira onda do feminismo”⁴ e suas reivindicações estavam ligadas ao voto, à organização familiar, à oportunidade de estudo e à ampliação profissional. Louro (1998, p. 15) observa que as reivindicações das sufragistas brasileiras “estavam ligadas aos interesses das mulheres brancas, de classe média, que poderiam alcançar essas metas”.

Resguardada a crítica feita por Louro, no que se refere à classe social das mulheres que fizeram parte do movimento sufragista⁵, é inegável a contribuição deste

³ Compreendemos gênero como uma construção social sobre o feminino e o masculino que pode variar de acordo com o tempo e o espaço (Joan Scott, 1995). No caso brasileiro, as mulheres estão em desvantagem na construção de gênero, pois historicamente ficaram marginalizadas. Nesse sentido, ver Heleieth Saffioti (1994).

⁴ Ver Louro (1998).

⁵ São denominados de sufragistas, homens e mulheres que participaram do movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres.

grupo para a consolidação de um novo espaço para a mulher na cena pública brasileira. O movimento sufragista estimulou a tomada de consciência das mulheres sobre os direitos políticos e desloca as mesmas do espaço doméstico para o espaço público. O movimento se utiliza da imprensa como forma de divulgar e de promover mobilizações. Dentre as atividades realizadas, nota-se a recorrência de manifestações em praças e repartições públicas.

As manifestações que defendiam os direitos das mulheres fazem parte da história do Brasil desde o século XIX e, de certa forma, já denunciavam a desigualdade entre os sexos. Podemos citar aqui alguns exemplos, como a abolicionista e feminista Nísia Floresta do Rio Grande do Norte (1831)⁶; Violante Bivar e Velasco, que fundou o primeiro jornal dirigido por mulheres, em Salvador (1852)⁷; Francisca Senhorinha Da Motta Diniz, que criou o jornal feminista 'O sexo feminino' em Minas Gerais (1873)⁸, entre outras. Tais manifestações cumularam para que no século posterior o movimento sufragista ganhasse vulto social.

Embora o movimento sufragista não tenha apresentado, no Brasil, as características de um movimento de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra, sua atuação foi significativa para ampliar os direitos políticos das mulheres. Dentre as táticas utilizadas pelo movimento, é notória a veiculação de suas atividades pela imprensa, com o objetivo de mobilizar a opinião pública.

No caso da Igreja Católica, havia a necessidade de ampliar o espaço de intervenção social, diante da posição de defensiva que havia permanecido no anos iniciais da República. Neste contexto, as mulheres eram um número considerável do laicato católico e foram estrategicamente convidadas à cena pública, como estratégias de ampliação social do poder católico.

A mulher, que até então não era estimulada a participar da vida pública, ganha status neste espaço, ao ser habilitada para o exercício do voto. No período que temos estudado, a imprensa disputa, em prol de seus candidatos, o voto das mulheres. No trecho 'A mulher e a Política', reproduzido abaixo, nota-se o estímulo para que a mulher ocupe um espaço ativo junto à política. Tal discurso produz um espaço e uma prática

⁶ Educadora, poetisa e escritora, incorporou em seus escritos a defesa à educação e o exercício do voto para as mulheres.

⁷ Jornalista, natural de Salvador, fundou e dirigiu "O Jornal das Senhoras", primeiro jornal dirigido por mulheres no país.

⁸ Responsável pela publicação do jornal "O sexo feminino", fundado em 1873 (MG) que tinha como objetivo discutir questões relevantes para a causa feminina; dentre elas, a participação na vida pública. Souto (2013).

que promove a participação da mulher na vida pública, produzindo a própria realidade a que se refere:

A Mulher e a Política

Como deve a mulher receber o direito do voto em relação à sua autonomia na sociedade?

Com a mais legítima satisfação. Se ela é parte integrante da sociedade, concorrendo com os seus esforços para o progresso do país, justo é que interfira nos negócios públicos.

Existe já um grande número de brasileiras capazes, pela sua cultura, de dar convenientemente o voto para a escolha dos que devem governar a nação.

(Estrella do Sul, 26/06/1932, p. 1)

Embora legalmente as mulheres pudessem exercer o voto, culturalmente não apresentavam a disposição para essa prática. A imprensa ocupa uma função estratégica neste contexto, pois constrói discursivamente um novo espaço para a intervenção feminina, em diálogo com a política e o bem estar da nação.

Nos jornais católicos, eram veiculados diversos textos e promovidas diversas atividades de formação tratando do voto feminino. Nota-se, de forma explícita, o estímulo ao exercício do voto, e podemos dizer que semanalmente as mulheres católicas eram bombardeadas com essa temática e estimuladas a participar da vida política do país. A presidente da Associação Católica de Professores do Rio de Janeiro esteve, em outubro de 1932, em Porto Alegre, com o objetivo de proferir uma palestra ao magistério. Na ocasião, tratou de diversas questões relacionadas à educação e por fim fez um apelo ao voto feminino.

Destaca-se que o argumento desenvolvido pela professora a favor do voto feminino tem como base a educação e responsabiliza as mulheres pela educação escolar das crianças no país, assim como ocorre no lar. As mulheres agora teriam a possibilidade de decidir por meio do voto sobre a educação escolar dos infantes do Brasil, fazendo referência específica ao retorno do ensino religioso facultativo nas escolas.

VOTO FEMININO

Senhoras e senhores,

[...]

Destinam-se estas lições a convencer as senhoras brasileiras, de todas as idades e condições, de que chegou também para elas uma época de envolvimento e arrancadas, em que toda mulher, como Joana D'Arc, na Guerra dos Cem Anos, terá de decidir, não com metralhadoras ou granadas de mão, mas mercê do voto político e de sua colaboração na vida pública, da sorte e destino do Brasil.

[...] (Estrella do Sul, 30/10/1932, p. 3)

O voto feminino, tratado insistentemente neste período, indica o processo de reorganização do país, pois se para algumas mulheres votar era algo fundamental, como é o caso das mulheres envolvidas no movimento sufragista, para outras o voto não era uma boa opção! A ideia do voto estava em fase de consolidação, e parte considerável das mulheres brasileiras não se sentiam em condições de opinar sobre política.

A imprensa católica estimula o exercício do voto e utiliza-se de diversos depoimentos na tentativa de convencimento do eleitorado feminino. No trecho abaixo, uma senhora católica dialoga com as mulheres por meio da imprensa e desafia as leitoras a assumirem o seu dever; neste caso, o voto.

Uma voz a favor do voto feminino

[...] Não fomos nós, senhoras católicas, que pedimos o voto feminino. Muitas dentre nós prefeririam deixar o voto aos homens e continuar como antes, na bela imagem de Ozanam, a conduzir o mundo a guisa dos anjos da guarda, conservando-se sempre invisíveis.

Uma vez que nos deram o direito de votar, criando-nos assim o dever de votar, cumpramos serenamente este dever. [...]
(Estrella do Sul, 27/11/1932, p. 1)

A desmotivação de uma parcela das mulheres em participar do pleito eleitoral é compreensível. Considerando que somente em 1928 o Senado Federal reconhece a capacidade eleitoral da mulher aos 21 anos, alguns estados introduzem nas legislações locais essa prerrogativa, sendo o Rio Grande do Norte o primeiro estado a eleger uma

mulher como prefeita no Brasil, Alzira Soriano de Souza⁹, ainda em 1928. Embora a experiência do Rio Grande do Norte tenha ganhado publicidade e se consolidado como um argumento positivo a favor da ampliação dos direitos da mulher, só ocorre uma iniciativa nacional neste sentido quatro anos depois, com a promulgação do decreto lei que instituía o Código Eleitoral Provisório e assegurava o direito de voto para as mulheres de forma mais ampla.

A participação no pleito como eleitor ocorria sob algumas restrições para homens e mulheres, mas independente disso a possibilidade da mulher votar e ser votada é inaugurada neste momento. Embora a participação das mulheres nas urnas tenha ocorrido sob algumas restrições, é indiscutível que os anos 30 marcaram uma nova forma de participação das mulheres na vida pública do país¹⁰.

O Código Eleitoral de 1932 permitia o voto feminino desde que atendidas as seguintes restrições: só poderiam votar as mulheres casadas com autorização do marido e mulheres viúvas; no que se refere às solteiras, só era permitido o exercício do voto se estas possuíssem cargos públicos ou comprovassem o exercício de uma profissão com renda própria. Tais restrições foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, ainda que o voto feminino se mantivesse como facultativo e o voto masculino como obrigatório. Em 1946, o voto passou a ser obrigatório também para as mulheres.

Ao estudar a participação das mulheres no processo constituinte de 1933, é comum encontrarmos afirmativas sobre a baixa participação feminina no pleito. No entanto, é relevante considerar que o exercício do voto das mulheres estava primeiramente tutelado pelo marido e provavelmente sob influência política do mesmo. Também cabe destacar que um contingente considerável de mulheres não se enquadrava nos critérios estabelecidos pelo código para credenciar-se como eleitora e ficou à margem do processo eleitoral. Após a realização das eleições para a assembleia nacional constituinte, foram eleitos 254 deputados e, dentre eles, uma mulher¹¹.

Fora os limites práticos interpostos, ou seja, nem todas as mulheres poderiam se alistar para votar, é preciso considerar outro aspecto que trataremos de forma pontual: a maioria das mulheres não estava habituada a participar do debate político e exercer o

⁹ Alzira Soriano de Souza era fazendeira e se elegeu na pequena cidade de Lajes, sertão do Rio Grande do Norte.

¹⁰ Pós década de 1930, o feminismo perde força no cenário brasileiro; o sufrágio era a pauta que unificava a ação. Com a concessão do direito do voto, em 1932, o movimento apresenta certo refluxo e volta a ser difundido mais acirradamente na década 1960.

¹¹ No dia 3 de maio de 1933, foram realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte. e Carlota Pereira de Queirós foi eleita por São Paulo.

voto exigia uma mudança de comportamento neste sentido. Se o voto feminino estava atrelado a algumas ressalvas e sob tais condições as mulheres poderiam participar ativamente do processo constituinte de 1933, restava então consolidar na sociedade brasileira o lugar para a mulher eleitora. Nessa construção, a Igreja Católica atuou de forma eficiente.

O voto feminino

Como é de domínio público, o novo Código Eleitoral da República, instituiu, entre nós, o voto feminino.

Novidade, que é, na nossa legislação eleitoral, tem dado lugar a desconstruídas opiniões, cada qual a mais absurda, no tocante ao assunto, quando, no entanto, o código é de grande clareza.

Basta tão somente que, para se qualificarem, juntem, as senhoras e senhoritas, ao requerimento em que pedem sua qualificação, a prova de idade.

Sejam casadas, solteiras ou viúvas; tenham ou não tenham rendimentos, uma vez que sejam maiores de 21 anos, podem ser qualificadas e inscritas como eleitoras.

[...] (Estrella do Sul, 20/11/1932, p. 1)

Pode-se afirmar que a Igreja buscou construir nesse período um novo lugar para a mulher e na constituição deste lugar ocorre uma redefinição dos papéis desempenhados até então. Os impressos católicos anunciam esses novos espaços e se constituem como uma estratégia de consolidação desse lugar para a mulher. O lugar anunciado para a mulher se apresenta em diálogo com a modernização do país e incorpora o léxico da modernidade para construir o discurso que estimula o exercício do voto feminino; a mulher é repetidamente responsabilizada pelo desenvolvimento da nação.

O voto é tratado como um dever a ser cumprido pela mulher católica e o descumprimento dessa tarefa contribui de forma negativa para a construção do reino de Deus na terra. As excitações acerca do cumprimento desta tarefa são duramente criticadas nos impressos católicos.

Incompreensão de um dever

Pois eu não voto - sou contrária à intervenção de mulher na política”.

Essas palavras, caro leitor, são de uma zeladora do Coração de Jesus. Quero crer, porém, que esta senhora peque por ignorância, por incompreensão.

Do contrário, que juízo se dê de sua religiosidade, de seu zelo.

Zelar significa dedicar-se ardentemente, desvelar-se.

Assim sendo, uma zeladora do Coração de Jesus deve zelar por tudo é que é d’ele e para ele.

Pois bem.

Na política atual há duas correntes.

Uma quer, sob falsos escrúpulos de consciência, afastar o Brasil de Jesus e outra quer mostrar ao mundo que o Brasil é uma nação católica.

A Sra. Zeladora não deseja, por certo, formar entre os que negam a Jesus o lugar a que têm direito. Mas, formando entre os indiferentes, pouca distância a separa dos inimigos, cuja vitória representa a derrocada dos ideais dos brasileiros católicos.

Senhora Zeladora! Lembre-se que não votar é desprezar as aspirações católicas.

Portanto, para que conserve dignamente o belo título de zeladora deve não só cumprir pessoalmente o dever eleitoral, mas ainda zelar para que suas associadas cumpram.

Isto está nas atribuições de zeladora do Coração de Jesus, pois é por ele que a mulher católica vai às urnas.

É para que seu nome abençoe nossa constituição!

É para que seja adorado por todos os brasileiros de boa vontade!

Anônima. (Estrella do Sul, 19/01/1933, p. 1)

Embora a possibilidade de participar do pleito eleitoral na condição de eleitora ou candidata anuncie um espaço novo para a mulher, esse lugar não precisa estar atrelado à ideia de emancipação feminina, pois se analisado pelo viés do catolicismo, o voto feminino dialogou, neste período, com a ideia de conservadorismo e, corroborando com Perrot (2005), manteve um modelo existente.

O estímulo à participação da mulher na vida pública não previa a alteração das relações de poder, mas estabelece uma nova forma de manter as estruturas vigentes que inaugura uma nova relação com a mulher.

O lugar da mulher anunciado na imprensa católica

A ampliação do lugar ocupado pela mulher na sociedade brasileira ocorre de forma gradativa e gera uma série de discursos (científicos, religiosos, morais) que convivem e disputam espaço social. A mulher continua a ser referência no espaço maternal e doméstico, aglutinando a isso a possibilidade de participar da política, do espaço público e exercer uma profissão.

As profissões explicitadas para as mulheres na imprensa católica são restritas e se resumem a dois protótipos bastante conhecidos. Primeiro deles, a vida religiosa e segundo, o magistério. Nota-se que o estímulo para o exercício da docência, é estabelecido para as mulheres principalmente junto ao ensino primário, exaltando as características relacionadas à maternidade.

Sentimentos que antes eram relacionados à educação familiar, como afeto, amor e carinho, passam a se tornar adjetivos para a educação escolar; a mulher se torna a pessoa indicada para exercer a docência, pois tais características faziam parte da sua formação e da sua prática na educação dos filhos. De acordo com Assunção (2002, p. 44), a mulher era considerada portadora natural desses sentimentos e passa a ser foco dos cursos normais, pois “ao privilegiar tais atitudes na prática docente, os cursos contribuíram, talvez, para a formação científica da professora, mas, seguramente, para o aprendizado para o casamento e para a maternidade”.

A escola é comparada a uma família e, seguindo a lógica do argumento discursivo apresentado nos impressos, a mulher é o sujeito indicado para cuidar deste espaço. Considerando aqui, a mulher como alicerce da família e cabe a ela cuidar e zelar de todos que integram o núcleo familiar.

A escola deve ser uma família

A escola é antes de tudo uma família. Há famílias e famílias, é preciso estabelecê-lo sem subterfúgios, e antes de tudo. A família boa é como um recinto sagrado, onde não penetram tempestades; é um santuário encantador em perene holocausto à divindade; é um fruto como que amadurecido para o céu; é um

tesouro desconhecido, mas nem por isso menos fecundo, de benção e riquezas espirituais. (A Palavra, 06/03/32, p. 1)

Na lógica do catolicismo, assim como Maria, mãe de Jesus, é anunciada como a rainha do céu e da terra, a mulher é a rainha do lar e a responsável pelo bem-estar da família. Tal representação, como já se disse, reserva aos homens o domínio do espaço público. No entanto, era justamente essa representação que saía arranhada das mobilizações católicas pelo voto feminino.

As imagens sobre o feminino apresentadas nos impressos católicos variavam desde uma mulher ideal, alvo de todos os tipos de afeições, até uma imagem extremamente nociva. Tais imagens estavam relacionadas ao espaço que as mulheres ocupavam no imaginário social que relacionava a mesma ao casamento, lar e educação dos filhos. Nota-se que as imagens sobre o feminino estão em disputa e este embate comporta a coexistência de diversas imagens sobre o feminino.

As mudanças no campo estético e comportamental, quando relacionadas às mulheres, não eram bem vistas pela Igreja Católica e geravam diversas críticas. A flexibilização desta crítica ocorre somente quando tratada a temática do voto feminino. Neste caso, nota-se certa valorização de um comportamento mais ousado por parte das mulheres.

Tais modificações culturais refletem nas vestimentas femininas que aderem a traços mais irreverentes. A moda busca inspiração no contexto social e esse contexto reflete um novo perfil feminino mais independente, moderno e ousado. De acordo com Rago (1997), a classe média, pela possibilidade financeira e aquisitiva, adere primeiramente a inovações no vestuário feminino.

A adesão a ditames da moda é alvo de crítica pela Igreja Católica que, embora não impusesse restrição específica sobre o vestuário, considerava tais roupas extravagantes e a maquiagem algo desnecessário, que mascarava a naturalidade da mulher. Dentre o material analisado, diversos textos estabelecem a crítica e sugerem que a mulher deve chamar a atenção pelas suas características morais em detrimento da aparência física.

O feminino e a moda – o conhecido escritor Júlio Dantas, presidente da academia de ciências de Lisboa e sócio correspondente da nossa academia de letras – faz em seu último

livro intitulado – “Eterno Feminino” – o ferino comentário que se segue, a respeito dos atuais costumes e modas femininas:

As mulheres tiram-nos toda a serenidade e toda a paz. Às vezes, quando vejo passar algumas delas, com vestidos de vinte e cinco centímetros de altura, as bocas pintadas, as pestanas enormes, as saias tão curtas que se lhes veem as pernas, decotes tão abertos, sabe o que me apetece? Chamar um polícia e gritar-lhe: prenda-me aquela senhora. (Estrella do Sul, 19/01/30, p. 4 – grifo nosso)

As representações estéticas no que se refere à mulher valorizam um corpo belo e saudável, que pode ser decorado com diversos adereços, dentre eles a maquiagem. O corpo feminino se torna mais aparente por meio das vestimentas mais justas e decotadas, também ganha visualização por meio dos diversos concursos de beleza que são realizados pelo país.

Os concursos de beleza fazem parte da história do Brasil desde o século XX e potencializam uma cultura nacional sobre o feminino: “a ideia de cultura nacional funciona como um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade, homogeneidade” (Veiga, 2010, p. 413). Esse mecanismo se consolida como uma estratégia na implementação de um ideal de raça e estabelece um ideal de sujeito, de acordo com o desenvolvimento pretendido para o país.

A participação em concursos de beleza é algo criticada ferreamente pela Igreja Católica, pois a valorização do corpo da mulher pressupõe a desvalorização moral e, na lógica do catolicismo, o que deve predominar são os aspectos morais. Na nota abaixo, a mulher exposta nos concursos de beleza é comparada a um produto na prateleira, uma mercadoria.

E esta!...

Não há que ver. Os concursos são coisa da época. Concursos de salto, de soco, de corrida, de velocidade, de altura, de profundidade, de inteligência, de estupidez, etc. A lista seria longa. Em tudo se quer bater o recorde. Até na beleza feminina. Tais esses tão celebrados concursos de beleza. Concursos não só! Também exposição.

Quando se fala em exposição de máquina, exposição de pinturas, exposição de gado, exposição de cereais, exposição de uvas, e outras que tais – tudo está muito bem, não há o que isso lhe diga. Isso, porém, de exposição de moças bonitas, perdoai-me a casmurrice, mas – na minha opinião, pelo menos – isso não está direito, não senhoras. Porque, enfim, – sempre na minha opinião, – moças não são artigo de mercado.

[...] (Rainha dos Apóstolos, maio, 1932, p. 86)

Os tempos modernos apresentam uma concepção de um corpo mais aparente, torneado e pública. Tal concepção também se relaciona com o conceito de saúde promovido pelos higienistas e a exaltação da prática de atividades físicas e esportivas. De acordo com Linhales (2006), a incorporação do esporte à sociedade (e principalmente ao universo escolar) se consolidou como uma revolução na forma de conceber o corpo.

Dentre os católicos, os pais são duramente criticados quando suas filhas aderem aos modernismos ditados pela moda. A família fica desacreditada no seu potencial educativo e de certa forma é socialmente desmoralizada.

Os maiores culpados

Hoje em dia, todas as sensatas não poderão deixar de clamar contra certas meninas, moças e senhoras que, para andarem na moda, se vestem escandalosamente! ... No entanto, os maiores culpados de tudo isto são os pais e maridos, que lhes consentem usarem tais modernismos! Pois se eles se opusessem formalmente, com toda a autoridade que têm, elas não ousariam apresentar-se com tais vestes.

Muitos pais dizem: ‘Meus filhos não me obedecem...’, mas não se lembram de ensinar aos seus filhos a obedecerem a Deus e a observarem seus mandamentos e depois querem que eles saibam ter-lhes o devido respeito e obediência!

Eduquem bem os pais a seus filhos, e eles saberão respeitá-los.
Haja pais modelos e haverá filhos exemplares.

Na lógica apresentada pela Igreja, a mulher católica deve se afastar das modernidades da estética, evitar as roupas justas ou curtas e a maquiagem; deve assumir um comportamento modesto e discreto, pois assim encontrará um marido que valorize os seus atributos e a escolha pelas suas características pessoais e não por uma falsa beleza.

As imagens de mulher ideal presentes na imprensa católica explicitam um modelo de mulher baseado no catolicismo, que tinha como exemplo a ser preservado na memória da população a “Santa Mãe” de Jesus. A participação na cena pública por meio do voto, do exercício do magistério e a atuação no laicato católico tinham como objetivo ampliar a base social da instituição, sem a intenção de promover a emancipação feminina. Contudo, a inserção da mulher no espaço público propicia um novo espaço para a atuação feminina ligada a modernidade.

Goellner (2003), ao tratar das imagens de mulher veiculadas pela Revista Educação Physica (1932-1945), localiza um “discurso voltado à produção de uma 'nova mulher': moderna, ágil, companheira, responsável, capaz de enfrentar os desafios dos novos tempos” (GOELLNER, 2003, p. 24). Tal discurso, segundo a autora, pouco dialoga com a emancipação feminina, pois tem como foco principal adaptar a sociedade aos tempos modernos.

O estímulo ao exercício do voto inaugura um novo espaço para a mulher, que não está obrigatoriamente vinculado à ideia de emancipação, mas sim à ideia de adaptação aos tempos modernos. Tal reorganização pretende consolidar a mulher como sujeito atuante no meio social, o que a coloca num outro espaço vinculado aos pressupostos da modernidade. O novo espaço anunciado para a mulher já não comporta a sua presença somente no espaço doméstico, bem como permite sua presença na cena pública com restrições.

Considerações finais

Vimos que a Igreja Católica estabelece um lugar de atuação que articula a tradição e a modernidade com o objetivo de ampliar sua intervenção junto ao laicato; intervém ativamente no processo constituinte com objetivo de reservar formalmente espaços de ação para o catolicismo. A agenda defendida pelos católicos e levada adiante

pela Liga Eleitoral Católica apresenta diversos pontos. Entre eles nota-se o destaque para o retorno do ensino religioso nas escolas, que é o tema de maior presença nos impressos analisados.

A igreja reinventa a sua prática e produz um espaço para imprensa tão importante como o espaço da pregação no século passado. O impresso se consolida como um importante meio de comunicação e organização da instituição. Embora, em diversos documentos, a Igreja estabeleça a crítica à ideia de um Estado moderno, nota-se que reorganiza a sua prática com o objetivo de se adaptar à modernidade e manter-se como um espaço de referência no país. Para isso, realiza adaptações na sua ação institucional com o objetivo de conservar a tradição em novas condições sociais.

A mulher é promovida a sujeito ativo na política e se transforma em alvo de diversas campanhas, dentre elas as campanhas católicas. As mulheres, relegadas até então ao espaço doméstico, foram promovidas a salvadoras da nação e o voto das mulheres valorizado ao máximo, no intuito de propiciar sua participação nas urnas.

O estímulo ao exercício do voto feminino nos indica que a Igreja involuntariamente dialoga com a construção de um novo espaço para a mulher. Embora a instituição não tenha pretendido a emancipação feminina, ao defender de forma contundente o sufrágio feminino, potencializa um outro lugar para a mulher em diálogo com o espaço público e com a atuação política.

Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Maria Madalena. *A Psicologia da Educação e a Construção da Subjetividade Feminina (Minas Gerais – 1920-1960)*. Belo Horizonte, 2002. (Tese de Doutorado).

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil: ensaio e interpretação a partir do povo – terceira época: 1930-1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, 2002.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologias e educação brasileira: católicos e liberais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GIL, Natalia; ZICA, Matheus Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). *Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v. 1, 240p.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na revista de educação physica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed., Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a 'energização do caráter': projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925 – 1935)*. Belo Horizonte, UFMG: 2006. (Tese de Doutorado)

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação uma perspectiva pós-estruturalista*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NAZÁRIO, Diva Nolf. *Voto feminino & feminismo*. São Paulo: Faculdade de Direito, 1923.

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, Ed. UNESP, 1997, p. 578-606.

REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez, 1995.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras do seu destino*” *Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo - projeto de emancipação feminina na imprensa brasileira (1873-1894)*. São Paulo: USP, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade Nacional e Modernidade Brasileira – diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 1995.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEIA, Maria Cristina Soares. Celebrar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: USP, v. 26, nº 1, jan/jun, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia (Org.) 4ªed. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres Leigas na Igreja de Cristo*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

Impressos Consultados

Jornal A Palavra – 1930/1935

Jornal Estrella do Sul -1930/1935

Jornal Staffetta Riograndense - 1930/1935

Revista Unitas - 1930/1935

Revista A Rainha dos Apóstolos - 1930/1935